

Conhecimentos sobre identidade de gênero e orientação sexual entre graduandos/as de enfermagem

Knowledge about gender identity and sexual orientation among nursing undergraduates

Conocimiento sobre identidad de género y orientación sexual: según graduandos/as de enfermería

Luiz Felipe Zani¹, Maria Fernanda Terra²

RESUMO

Objetivo: identificar o conhecimento sobre identidade de gênero e orientação sexual entre graduandos/as de enfermagem. **Método:** pesquisa qualitativa e descritiva, realizada a partir da aplicação de questionário semiestruturado com graduandos/as do primeiro e oitavo semestre do curso de enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, em março de 2018. Foram coletados 28 questionários, com perdas de 14, pelo não preenchimento completo. Os dados foram analisados pela análise de conteúdo, gerando as categorias: “direito à diversidade” e “formação sem a perspectiva de gênero”. **Resultados:** estudantes do primeiro semestre possuem compreensão ampliada sobre o tema, relacionando-o com o cotidiano das pessoas; estudantes do oitavo semestre falam do tema a partir da responsabilidade profissional. Há a reafirmação da Atenção Básica como espaço principal de acolhimento e respeito às diferenças dos indivíduos, e a importância de que a graduação agregue a compreensão das diversidades para a formação de profissionais de saúde. **Conclusão:** os/as estudantes conhecem e sabem diferenciar identidade de gênero de orientação sexual, e a responsabilidade em reconhecer a diversidade como parte do direito à saúde.

Descritores: Enfermagem; Identidade de Gênero; Sexualidade.

¹Enfermeiro. Egresso da Faculdade de Ciências Médica da Santa Casa de São Paulo. São Paulo, Brasil. E-mail: luiz.zanii@gmail.com ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3584-4196> **Autor principal** – Endereço para correspondência: Rua Professor Antonio Prudente, 211 – 8ª andar, CEP: 01509-001 - Aclimação – São Paulo.

²Enfermeira. Doutora em medicina preventiva. Docente na Faculdade de Ciências Médica da Santa Casa de São Paulo. São Paulo, Brasil. E-mail: maria.terra@fcmsantacasasp.edu.br ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1718-4216>



ABSTRACT

Objective: to identify knowledge about gender identity and sexual orientation among nursing undergraduates. **Method:** qualitative and descriptive research, carried out through the application of a semi-structured questionnaire with undergraduate students from the first and eighth semester of the nursing course of the Santa Casa School of Medical Sciences, in March 2018. 28 questionnaires were collected, with 14 losses, for not completing it completely. Data were analyzed by content analysis, generating the categories: "right to diversity" and "formation without gender perspective". **Results:** first semester students have an expanded understanding of the subject, relating it to the daily life of the people; eighth semester students talk about the subject from professional responsibility. There is a reaffirmation of basic care as the main space of reception and respect for the differences of individuals, and the importance of undergraduate education to add understanding of diversity to the training of health professionals. **Conclusion:** students know and differentiate gender identity from sexual orientation, and the responsibility to recognize diversity as part of the right to health.

Descriptors: Nursing; Gender Identity; Sexuality.

RESUMEN

Objetivo: identificar el conocimiento sobre la identidad de género y orientación sexual entre los estudiantes de enfermería de pregrado. **Método:** investigación cualitativa y descriptiva, realizada mediante la aplicación de un cuestionario semiestructurado con estudiantes universitarios del primer y octavo semestre del curso de enfermería de la Escuela de Ciencias Médicas de Santa Casa, en marzo de 2018. Se recogieron 28 cuestionarios, con pérdidas 14, por no completarlo por completo. Los datos fueron analizados por análisis de contenido, generando las categorías: "derecho a la diversidad" y "capacitación sin perspectiva de género". **Resultados:** estudiantes de primer semestre tener una comprensión más amplia de la materia, relacionándola con la vida diaria de las personas; alumnos de octavo semestre hablan de la asignatura de responsabilidad profesional. Hay una reaffirmación de atención básica como principal espacio de recepción y respeto por las diferencias de los individuos; la importancia de la graduación agregar comprensión de la diferencia a la capacitación de los profesionales de la salud. **Conclusión:** los estudiantes saben cómo diferenciar la identidad de género de la orientación sexual, y la responsabilidad de reconocer la diversidad como parte del derecho a la salud.

Descriptores: Enfermería; Identidad de Género; Sexualidad.

INTRODUÇÃO

A identidade de gênero é a identidade social dos sujeitos e pode ser traduzida pelo modo como cada indivíduo se percebe na sociedade em que está inserido que pode ser

masculino, feminino ou neutro. Enquanto categoria, a identidade de gênero pode organizar e definir as experiências da sexualidade dos indivíduos¹.

A noção de orientação sexual está ligada ao campo da sexualidade,

e está diretamente relacionada aos desejos de cunho afetivo-sexual. A orientação sexual não resulta de escolhas racionais dos sujeitos ou pela condição do caráter do desejo, pois a experiência sexual é envolta em uma grande complexidade, e a dimensão do desejo não cabe numa escolha racional¹.

Tais temas são importantes e necessários para que seja ofertada uma assistência integral no cuidado em saúde à população. Esses temas, somados aos marcadores de desigualdade social como raça e classe social, contribuem para dificultar o acesso à saúde plena dessa população que vive sob o contexto de vulnerabilidade e de exclusão¹.

Em 2002 foi criada a Política Nacional de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSIPLGBT), que visa dar visibilidade e garantir a assistência integral às necessidades desse grupo pela maior situação de vulnerabilidade a que estão expostos, buscando superar a assistência biomédica focada em práticas sexuais; combater a discriminação e o preconceito institucional; contribuir para a redução das desigualdades no acesso à

saúde e à consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como sistema universal, integral e equitativo².

É importante reconhecer que os processos discriminatórios contra a população LGBT acarretam agravos à saúde, tais como: sofrimento psíquico, etilismo, tabagismo e uso de outras drogas. O preconceito e a discriminação dos profissionais de saúde sobre o cuidado a ser prestado às populações LGBT tendem a invisibilizar tais indivíduos como sujeitos e a saúde é negada enquanto direito. Nesse contexto, pode-se dizer que tais processos discriminatórios se refletem em negligência e na violência institucional contra essa população³.

O Brasil é o mais que mais mata a população LGBT. Segundo os indicadores do SUS, no período de 1980 a 2005, foram assassinados 2.511 homossexuais no Brasil. O relatório dos Indicadores de Saúde do SUS de 2008, sobre a *causa mortis*, revela o crescente número de assassinatos nas últimas três décadas. Na década de 80, o número de mortes por motivos homofóbicos era de um caso por semana; na década de 90 esse número passou para um caso a cada três dias⁵.

Esses dados mostram a

importância de que a saúde assuma a responsabilidade descrita na Constituição Federal de 1988 de garantia a saúde como direito a partir da equidade, que significa reconhecer as diferentes necessidades e inequidades e buscar superá-las. Porém, tais temas precisam fazer parte da formação dos profissionais de saúde. Louro⁴ refere que muitas barreiras se colocam para trabalhar a perspectiva de gênero desde a formação básica dentro das salas de aula, inclusive no nível superior de formação, pois o espaço escolar, muitas vezes, se organiza de modo a classificar, ordenar e hierarquizar as construções das diferenças de gênero, sexualidade, etnia e classe reforçando lugares discriminatórios, ou mantendo a ordem social desigual. As concepções e as interpretações sobre gênero diferem não apenas entre sociedades ou nos momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais e de classe) que a constituem⁴.

Ao reconhecer que a prática da enfermagem é social, e que identificar fatores e contextos que interferiram no processo saúde-doença dos sujeitos sociais são

fundamentais para a garantia da saúde, revela como esse tema é fundamental para formação de futuros/as enfermeiros/as⁵. Desse modo, este artigo busca identificar o conhecimento identidade de gênero e orientação sexual entre graduandos/as de enfermagem.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa. A coleta foi realizada no mês de março de 2018, em salas de aula do campus da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP), localizada na região central da cidade de São Paulo (SP), Brasil.

Participaram do estudo estudantes que cursavam o primeiro e oitavo semestres do curso de graduação em Enfermagem da FCMSCSP. O tamanho da amostra analisada foi de 14 participantes, apesar da participação de 28 estudantes. A seleção da amostra se deu a partir da apresentação da pesquisa em sala de aula, com a autorização do docente, e aqueles que se interessaram em participar da pesquisa, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(TCLE) para a assinatura e, posteriormente, entregue questionário a ser respondido.

Foram incluídos apenas os estudantes que cursavam o primeiro e oitavo semestre, para captar as percepções do tema junto aos estudantes que estavam chegando ao curso e aqueles que estavam saindo do curso. Foram excluídos estudantes menores de 18 anos. Em razão da faixa etária, 10 alunos não puderam participar da pesquisa.

Para a coleta de dados foi construído questionário contendo perguntas fechadas para conhecer os estudantes: idade, renda, identidade de gênero, se é trabalhador, cor de pele, religião, com quem mora, dentre outras questões. O instrumento também contou com uma questão norteadora aberta, “como você percebe as questões de gênero, identidade e orientação sexual e o setor saúde?”.

Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo de Bardin⁶, a partir das fases: pré-análise, onde há escolha e organização do material a ser analisado e formulação das hipóteses; exploração do material, com transformação dos dados e unidades

de registro em unidades de contexto; análise e tratamento dos resultados, realizando interpretações e conclusões.

Este estudo atendeu aos preceitos da Resolução 466/12, que dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde; recebeu a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia São Paulo em 14 dezembro de 2017, sob o protocolo nº 311/2017, e CAEE: 81350917.1.0000.5479.

Foram identificadas as categorias analíticas para melhor apresentar os discursos dos/as graduandos/as: “Direito à diversidade” e “Formação sem a perspectiva de gênero”. Para apresentar o conteúdo exposto pelos estudantes, cada um/a deles/as foi identificado/a com a letra M para estudantes do sexo masculino e F para estudantes do sexo feminino, com numeral 1 para os/as estudantes que cursavam o primeiro semestre e com numeral 8 para os/as estudantes que cursavam o oitavo semestre.

RESULTADOS

A amostra total constitui-se de 14 graduandos/as (sete do primeiro semestre e sete do oitavo semestre). Destes, 10 são do sexo feminino e quatro do sexo masculino.

Em relação à idade, a variante foi de 18-39 anos. A cor da pele foi predominante branca em 57% dos participantes; sobre o estado civil, 78% são solteiros/as; em relação à prática religiosa, 35% são católicos/as, seguidos de 28% que são evangélicos/as.

Sobre atividade remunerada, 64% declaram que não exercem e 43 declaram possuírem renda familiar de 4-10 salários mínimos. As respostas às questões fechadas do questionário estão apresentadas na Tabela 1. E a síntese do material empírico gerado a partir da questão norteadora, foi agrupada e disposta no Quadro 1.

Tabela 1 - Perfil dos estudantes de primeiro e oitavo semestres. Março de 2018. São Paulo-SP, Brasil.

Variáveis	1º sem.		8º sem.	
Sexo	n	%	n	%
Feminino	4	57,14	6	85,71
Masculino	3	42,86	1	14,29
Identidade de gênero				
Cisgênero	7	100	7	100
Cor				
Branca	3	42,85	5	71,42
Preta	2	28,57	0	0
Parda	1	14,29	2	28,58
Amarela	1	14,29	0	0

Estado civil			
Solteiro/a	7	100	4 57,15
Casado/a	0	0	2 28,57
Divorciado/a	0	0	1 14,28
Prática religiosa			
Evangélica	3	42,84	1 14,28
Espírita	1	14,29	0 0
Agnóstico	0	0	1 14,28
Umbandista	1	14,29	0 0
Católica	1	14,29	4 57,16
Atividade remunerada			
Não possui	1	14,29	1 14,28
Exerce	1	14,29	4 57,15
Não exerce	6	85,71	3 42,85
Renda familiar			
Até 2 salários mínimos	3	42,85	4 57,15
2-4 salários mínimos	0	0	1 14,28
4-10 salários mínimos	4	57,15	2 28,57

Quadro 1 - Conteúdo das narrativas de cada categoria analítica. Março de 2018. São Paulo-SP, Brasil.

Categorias Analíticas	Narrativas
Direito à diversidade	(...) a Unidade Básica de Saúde (UBS), que no começo da faculdade, os transexuais e travestis eram chamados pelo nome do RG, e hoje são chamados pelo nome social. (F8)
	(...) A atenção primária propicia um melhor atendimento, mas ainda há muito o que melhorar. (F1)
	(...) Mas também há locais de saúde em que não há diferenças, independente da identidade [de gênero] e orientação sexual. (F1)
	(...) como profissionais da saúde temos o dever de orientar a população em relação à identidade e orientação sexual, sempre enfatizando que todos temos direitos iguais. (M1)

	<i>(...) as responsabilidades do setor saúde precisam estar atualizadas com as necessidades individuais de cada indivíduo para que a assistência seja individualizada e integral sem achismo. (M8)</i>
Formação sem a perspectiva de gênero	<p><i>(...) Percebo que na saúde os profissionais não dão e não são orientados a dar assistência necessária para as pessoas dessa classe (...). (F1)</i></p> <p><i>Acredito que ainda há uma grande falta de informação e conhecimento sobre o assunto (...). Os profissionais de saúde devem ter mais conhecimento sobre esse tema, para que (...) alcancem todos. (F1)</i></p> <p><i>Vejo que há uma grande dificuldade de entender os cuidados junto a gêneros, [sendo] totalmente desconhecidos para alguns profissionais, existe uma ótima e grande importância de conhecer sobre. (F8)</i></p> <p><i>É de extrema importância ter o conhecimento sobre gênero bem estabelecido para poder prestar uma assistência individualizada para cada paciente. (M8)</i></p>

DISCUSSÃO

Há uma importante distinção na abordagem das temáticas entre os semestres da graduação de enfermagem. Os/as graduandos/as que cursaram o primeiro semestre centraram suas respostas na atenção primária à saúde (APS) como importante espaço responsável pela

garantia dos direitos de saúde da população LGBT e relacionaram tais temáticas como assuntos fundamentais a serem desenvolvidos durante sua formação. Essa constatação pode ser justificada nas vivências que os/as graduandos/as tiveram em Unidades Básicas de Saúde (UBS) durante a disciplina de Fundamentos em Saúde Coletiva, que sensibiliza e aborda a questão da saúde como direito de todos e dever do Estado.

Os/as graduandos/as que cursaram o oitavo semestre focaram na perspectiva da responsabilidade profissional e a necessidade do compromisso em ofertar uma assistência individualizada, respeitosa e centrada nos sujeitos. Esses participantes reforçam a importância dessa temática durante a formação. Paralelamente, ressalta-se que durante a graduação de Enfermagem na FCMSCSP, os/as graduandos/as são convidados/as a refletirem sobre essas temáticas em diferentes momentos dentro das diversas disciplinas e projetos de formação interdisciplinar.

Na categoria de direito à diversidade, há a reafirmação da atenção básica como espaço principal

de acolhimento e respeito às diferenças dos/as indivíduos pelos/as graduandos/as, pois o compromisso com as diretrizes da atenção básica possibilita o dispensar de cuidados frente à subjetividade e a valorização das características individuais dos sujeitos².

As abordagens sobre a garantia do direito à saúde, inclusive a compreensão dos temas de gênero como parte dessa reflexão, mostra que, principalmente os estudantes do primeiro semestre compreendem quão fundamental é a atenção básica para a garantia de saúde dessa comunidade. Apesar disso, o cenário real de prática apresentado pela literatura tem mostrado o oposto do trazido pelos/as estudantes. A assistência apresenta viés de caráter moralista, sob uma óptica de cunho religioso e/ou heteronormativo, impondo julgamentos que remetem a representação social da pessoa LGBT como uma prática incorreta ou até como antinatural⁷.

O acesso à saúde desta população encontra-se envolto a obstáculos e desigualdades na busca aos serviços de saúde, como a ausência no uso do nome social em documentos para a população de

travestis e/ou transexuais, a não garantia de orientação para a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis de acordo com as diferentes práticas, despreparo dos/as profissionais para o manejo e acompanhamento da saúde ginecológica de mulheres lésbicas, dentre outros⁸. Essas dificuldades somadas as barreiras sociais contribuem para os baixos índices de acesso aos serviços de saúde, se comparado com a população heterossexual⁹.

O processo de construção do cuidado junto ao indivíduo LGBT também encontra uma série de estigmas e dificuldades, e este fato relaciona-se ao profissional, na condição de detentor do conhecimento científico, exercer um papel central de poder na decisão sobre as diretrizes de cuidados, não incluindo o/a paciente neste processo. Na prática observa-se uma relação desproporcional entre paciente e profissional, onde o último toma todas as decisões terapêuticas pelo outro, sem incluí-lo ou consultá-lo quanto aos seus anseios e limites⁵.

Essas barreiras negam o direito à saúde e a responsabilidade assistencial baseada na integralidade

e equidade apresentada pela PNSIPLGBT que resultou como principal iniciativa de construção de um sistema de saúde mais equitativo, universal e integral para essa população através da ampliação do acesso aos serviços de saúde, garantindo às pessoas o respeito e a prestação de serviços de saúde com qualidade e resolução de suas demandas e necessidades².

Outro aspecto evidenciado pela literatura se relaciona a dificuldade que os/as profissionais possuem na abordagem dos temas de orientação sexual e identidade de gênero junto aos usuários dos serviços. Sabe-se que tal informação é importante para uma correta e adequada construção e direcionamento de cuidados, em respeito às particularidades e necessidades dessa clientela⁹.

Na categoria de formação sem a perspectiva de gênero, as narrativas refletem acerca da responsabilidade social das instituições formadoras em compreender e agregar os diferentes olhares sociais para a formação de profissionais, esse aparente distanciamento de temas sociais da formação pode estar relacionado à dificuldade em escolher estratégias

metodológicas para abordar esses assuntos em sala de aula¹⁰.

As dificuldades começam no despreparo do/a educador/a que durante a sua formação pessoal, que antecede seu momento como docente, não teve ou não foi convidado a refletir sobre questões sociais na formação básica e, conseqüentemente, sem a abordagem também na graduação, esses temas dificilmente serão abordados na práxis do docente⁴.

No cenário social atual, a inserção de discussões sobre estas temáticas nos currículos dos cursos das carreiras atreladas a saúde, como medicina e enfermagem, ainda não estão legitimadas, com pouco ou quase nenhum espaço para discussões e vivências sobre as questões relacionadas aos cuidados necessários à população LGBT, com aumento da vulnerabilidade^{5-10,11}.

Através da evidente necessidade de oferta de formação continuada para educadores/as e por meio de iniciativa pública, foi elaborada em conjunto entre Secretarias Governamentais e com o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, o livro de conteúdo de Gênero e

Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais em 2009, que preconiza a construção de um curso que contribua para a formação continuada de profissionais de educação da rede de ensino, tratando articuladamente as relações de gênero, étnico-raciais e a diversidade e orientação sexual, com intuito de fortalecer o papel dos educadores/as no respeito e garantia dos direitos humanos, equidade étnico-racial, gênero e valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja um ambiente reprodutor de preconceitos, e sim um espaço de promoção e valorização da diversidade¹².

Essas discussões ainda na formação acadêmica possibilitam importantes espaços de desconstrução e reconstrução de conhecimentos, conceitos e valores estabelecidos anteriormente pelos/as graduandos/as, proporcionando reflexões sobre preconceitos e tensões que permeiam essas temáticas e na singularidade do tema¹³.

Dada importância dessas temáticas para a enfermagem que

engloba, em suas principais teorias de cuidado, a sexualidade como um eixo de práticas assistenciais, existe a necessidade de gerar espaços de discussão, ainda na formação acadêmica, que tratem tais aspectos como dimensão inerente ao ser humano, abordando-a principalmente no âmbito da subjetividade¹⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados permitem concluir que os conhecimentos apresentados pelos/as graduandos/as sobre as temáticas de gênero e orientação sexual são diferentes entre os semestres. Enquanto os/as graduandos/as do primeiro semestre possuem compreensão mais ampliada sobre o tema, relacionando-o com o cotidiano social e da compreensão enquanto direito, os/as graduandos/as do oitavo semestre voltam-se à responsabilidade específica da profissão.

De maneira geral, ambos os semestres, abordam o tema como parte da responsabilidade profissional da enfermagem em proporcionar acesso à saúde através de medidas de promoção e garantia dos direitos humanos, construindo cuidado

individualizado, que respeite e agregue a diversidade. Os/as graduandos/as responsabilizam a profissão em dar visibilidade ao tema, apesar de reconhecerem que o cenário de formação, em geral, não agrega a perspectiva de gênero.

Contudo, é importante ressaltar que a abordagem dessas temáticas, ainda na formação primária dos/as indivíduos, deve ser de interesse e responsabilidade social, e de extrema importância para formação de uma moral pública que compreenda e respeite essas diferenças no convívio em sociedade. Sendo assim, a escola desenvolve importante papel nessa abordagem, não devendo ser omitida ou marginalizada.

Cabe ressaltar que o presente estudo contribui para evidenciar a importância da discussão de temáticas dessa natureza durante a formação acadêmica dos indivíduos, e que a estruturação de currículos acadêmicos nas diferentes áreas do saber humano, deve proporcionar e abarcar espaços de reflexão e inclusão de pluralidades.

Uma das limitações deste estudo se refere a estratégia utilizada para a coleta de dados. O uso de

questionário auto aplicado impossibilita o convite do pesquisador ao aprofundamento das narrativas.

REFERÊNCIAS

1. Silva CG, Freitas MJ. Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Módulo 3 - Sexualidade e Orientação Sexual [Internet]. Universidade Federal de São Paulo; 2016 [citado em 2018 Jan 20]. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/39169/COMFOR-GDE-Mod3.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
2. Brasil. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.
3. Silva GWS, Sena RCF, Cassiano NA, Sobreira MVS, Miranda FAN. Diversidade sexual e homofobia: o conhecimento de enfermeiros da estratégia saúde da família. *Rev pesqui cuid fundam.* 2016; 8(1):3725-3739.
4. Louro GL. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes; 1997.

5. Gonçalves FCCL. Barreiras no acesso à saúde da população LGBT: uma revisão de literatura. Monografia [Trabalho de Conclusão de Curso]. São Paulo: Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo; 2016.
6. Bardin L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Martins Fontes; 1977.
7. Silva ALR, Finkler M, Moretti-Pires RO. Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT. *Trab Educ Saúde*. 2019;17(2):1-20.
8. Souto CGV, Fonseca JLC, Almeida AS. A saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros na formação dos enfermeiros (as): dificuldades e potencialidades. *Rev Pesqui Cuid Fundam*. 2018; 10(3):233-235.
9. Haider AH, Schneider EB, Kodadek LM, Adler RR, Ranjit A, Torain M, et al. Emergency Department Query for Patient-Centered Approaches to Sexual Orientation and Gender Identity: The equality study. *JAMA Inter Med*. 2017;177(6):819-828.
10. Walker K, Arbour M, Waryold J. Educational Strategies to Help Students Provide Respectful Sexual and Reproductive Health Care for Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Persons. *J Midwifery Womens Health*. 2016;61(6):737-743.
11. Richardson BP, Anderson D, Ondracek AE. Do student nurses feel a lack of comfort in providing support for Lesbian, Gay, Bisexual or Questioning adolescents: What factors influence their comfort level?. *J Adv Nurs*. 2016; 73(5):1196-1207.
12. Barreto A, Araújo L, Pereira ME. (Org.). Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais - livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; 2009.
13. Lim FA, Hsu R. Nursing Students' Attitudes Toward Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Persons: An Integrative Review. *Nurs Educ Perspect*. 2016;37(3):144-52.
14. Figueiroa MN, Menezes MLN, Monteiro EMLM, Andrade ARL, Fraga DPF, Oliveira MV. A formação relacionada com a sexualidade humana na percepção de estudantes de enfermagem. *Rev Enferm Ref*. 2017; 4(15):21-30.

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Participação dos autores:

- **Concepção:** Zani LF, Terra MF.
- **Desenvolvimento:** Zani LF, Terra MF.
- **Redação e revisão:** Zani LF, Terra MF.

Como citar este artigo: Zani LF, Terra MF. Conhecimentos sobre identidade de gênero e orientação sexual entre graduandos/as de enfermagem. J Health NPEPS. 2019; 4(2):167-179.

Submissão: 10/05/2019

Aceito: 07/09/2019

Publicado: 01/12/2019